

# XVII JORNADA ACADÊMICA DO MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS PARA A EDUCAÇÃO



## GÊNERO E SEXUALIDADE: NARRATIVAS DE EXPERIÊNCIA CURRICULAR DE UMA ESCOLA-PILOTO DO NOVO ENSINO MÉDIO NO RIO GRANDE DO SUL

Pâmela Tainá Wink da Luz  
Jhonathan Martins da Costa

*Universidade de Santa Cruz do Sul*

Eixo Temático 02: Diversidade, inclusão, interseccionalidades e Educação

O presente trabalho é o recorte de uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e tem como objetivo analisar e compreender como ocorreu a experiência curricular com as questões de gênero e sexualidade no ensino médio de uma escola-piloto no Rio Grande do Sul. Também objetiva-se analisar os impactos dos estudos referentes a gênero, sexualidade e educação sexual nas escolas e na formação dos estudantes. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, com análise de documentos oficiais e entrevistas realizadas em campo empírico com docentes e egressos de uma mesma escola.

Para que possamos discutir gênero, sexualidade e orientação sexual, é necessário compreender brevemente esses conceitos. O termo **gênero** refere-se às construções sociais e culturais que definem as diferenças entre homens e mulheres, baseadas em relações de poder e hierarquias, conforme Scott (1995). A **identidade de gênero** diz respeito à forma como cada indivíduo se reconhece em relação ao masculino e ao feminino, sendo, segundo Butler (2018), performaticamente construída por normas e sanções sociais. Já a **sexualidade** ou **orientação sexual** refere-se às relações afetivo-sexuais, à atração física e amorosa entre pessoas.

Apesar de amplamente pesquisadas, as temáticas de gênero e sexualidade ainda enfrentam resistência na educação básica. Em 2018, o Ministério da Educação suprimiu da BNCC menções a “identidade de gênero” e “orientação sexual”, restringindo o termo “sexualidade” a aspectos reprodutivos e reduzindo significativamente o espaço destinado à discussão sobre diversidade e respeito às diferenças. Essa não foi a primeira vez que documentos educacionais sofreram censura em relação às questões de gênero. No Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024, o trecho que mencionava a promoção da “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (BRASIL, 2014, p. 22) foi posteriormente substituído por uma formulação mais genérica, com a supressão dos termos “gênero” e “orientação sexual”. Essa alteração foi resultado das pressões de setores conservadores e de movimentos contrários à chamada “ideologia de gênero”, que, em defesa da “família tradicional brasileira”, disseminaram discursos distorcidos e questionáveis e espalharam o pânico moral em torno dessas temáticas (Brasil, 2014; Barroso; Silva, 2020).

Até mesmo a educação sexual ainda enfrenta forte resistência nas escolas, mesmo quando voltada à prevenção de abusos, doenças e gestações precoces. Os argumentos utilizados afirmam que a discussão dessas temáticas estaria estimulando a sexualidade infantil e ameaçando a “família tradicional”, sustentando a ideia de que tais assuntos caberiam apenas aos pais, embora muitos casos de abuso ocorram no próprio ambiente familiar. Essa resistência é reforçada por setores conservadores e religiosos, que difundem desinformações e exercem pressão política sobre o Ministério da Educação (Silva, 2020).

Os impactos dessas ações se fazem profundamente negativos para a educação, que passa a reproduzir valores conservadores e atender aos interesses do capital. A Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017, exemplifica esse processo de sucateamento que busca atender a tais interesses; ao promover uma “contrarreforma” que restringe o acesso da classe trabalhadora ao conhecimento científico e oferece uma formação aligeirada e voltada ao mercado (Lima; Cavalcante, 2022). A estrutura do Novo Ensino Médio, dividida entre a Base Nacional Comum Curricular e os itinerários formativos, é apresentada como uma possibilidade de escolha para os/as estudantes. No entanto, na prática, essa escolha é ilusória, pois os itinerários dependem das condições e decisões de cada rede de ensino, o que limita as opções disponíveis e reforça as desigualdades existentes (Silveira; Ramos; Vianna, 2018).

A fim de compreender os impactos diretos dessas questões, fez-se necessário entrar no ambiente escolar, levando em consideração que para trabalhar com as realidades ali inseridas é preciso termos um olhar empático e uma postura de respeito, pois esse espaço, embora coletivo, é composto por sujeitos singulares que interagem em meio à diversidade. A pesquisa foi desenvolvida por meio de entrevistas com professores/as e ex-alunos/as que participaram do itinerário formativo “Cidadania e Gênero”. A última turma envolvida concluiu o Ensino Médio em 2023, e os/as egressos/as entrevistados/as haviam se formado entre 2022 e 2023.

As entrevistas com os/as professores/as possibilitaram compreender aspectos relacionados ao planejamento, à organização e à realização dos componentes curriculares, bem como à autonomia docente, à participação estudantil e à percepção sobre a experiência dos/as alunos/as no currículo da escola-piloto. Já as entrevistas com os/as egressos/as buscaram analisar como se deu a vivência das temáticas de gênero e sexualidade no itinerário. A entrevista qualitativa permite uma compreensão aprofundada referentes às realidades vividas pelos diversos sujeitos de contextos sociais específicos, podendo tanto oferecer descrições detalhadas quanto servir de base para novas pesquisas e referenciais teóricos (Bauer; Gaskell, 2003). Ao valorizar a fala dos atores sociais, essa abordagem possibilita compreender a realidade humana por meio do discurso, revelando percepções, crenças e valores atribuídos por diferentes sujeitos a si mesmos e ao mundo (Fraser; Gondim, 2004).

O Itinerário Formativo “Cidadania e Gênero” trabalhou com temas sensíveis e intrinsecamente ligados ao cotidiano escolar. Para alguns/as participantes, representou uma experiência de empoderamento e reconhecimento; para outros/as, gerou desconforto, evidenciando a naturalização da heteronormatividade nas práticas e relações escolares, que reforçam desigualdades e preconceitos (Junqueira, 2015). A professora responsável relatou entusiasmo inicial com a proposta, por

finalmente poder trabalhar de forma sistemática questões de cidadania, gênero e sexualidade. Contudo, enfrentou resistências de alunos/as, familiares e até colegas, que questionavam os conteúdos abordados. Entre as resistências mais recorrentes, destacou-se o temor de que a docente estivesse “ensinando a ser gay”, que podemos relacionar com o que aponta Guacira Louro (2000), sobre essa rejeição se manifestar no afastamento e ridicularização do outro, sustentando a crença equivocada de que a homossexualidade e a transgeneridade possam ser ensinadas ou “transmitidas” por meio do convívio e das práticas escolares. Diante de tais críticas, a docente buscou respaldo em documentos oficiais para legitimar sua prática e garantir proteção institucional.

Apesar das dificuldades, a professora continuou ministrando as aulas, promovendo diálogos entre os/as estudantes sobre temas como as diferentes vertentes do feminismo, o que permitiu que suas alunas compartilhassem as próprias experiências e percepções enquanto mulheres na sociedade. Também houve aprofundamento sobre a comunidade LGBTQIA+, destacando a importância do reconhecimento e respeito a essas questões. A educadora constatou que muitos/as alunos/as ainda não estavam habituados com conceitos relacionados a gênero, sexualidade e orientação sexual. Para que os/as estudantes compreendessem os conceitos trabalhados, a educadora precisou detalhar as diferenças entre os termos e seus significados, relacionando-os ao cotidiano e à diversidade social. Utilizando-se de textos e vídeos de profissionais sobre racismo, discriminação e preconceito, buscou desmistificar ideias transmitidas erroneamente ao longo de gerações. Mesmo sem um apoio concreto da SEDUC ou do Estado, ela percebeu impactos positivos em seus/as alunos/as. Os/as egressos/as relataram que o itinerário contribuiu para transformações pessoais, promovendo a construção de novas ideias e a ampliação da compreensão sobre si mesmos/as e sobre os/as outros/as.

Uma egressa, mulher negra e LGBT+, revela a dimensão emocional e política de sua experiência escolar, apontando o itinerário “Cidadania e Gênero” como um fator de mudança significativa. O percurso proporcionou tanto acolhimento quanto desafios, permitindo reconhecimento pessoal e enfrentamento de discriminações, além de favorecer a construção de uma consciência ampliada sobre sua identidade e importância na escola. Outro egresso destacou que as aulas ampliaram sua percepção sobre o mundo, abordando temas até então desconhecidos, como acessibilidade e direitos das diversidades. Vindo de um contexto marcado por homogeneidade e preconceitos, ele reconheceu que a experiência escolar quebrou estereótipos e possibilitou maior compreensão e respeito por pessoas e realidades antes alvo de piadas ou discriminação. A dedicação da professora foi decisiva para possibilitar essa experiência, mesmo diante das resistências encontradas.

Constatou-se que abordar gênero e sexualidade continua sendo um desafio, mostrando que o Itinerário Formativo de Cidadania e Gênero envolve tensões e resistências, mas também promoveu transformações importantes nas percepções de estudantes e professores. As narrativas mostram que a promoção de direitos na escola é um processo de disputa, no qual estudantes, famílias e profissionais engajados com a inclusão muitas vezes se desgastam diante da resistência institucional. Esses desafios vão além de gênero e sexualidade, abrangendo também racismo, desigualdades sociais e tensões de classe presentes no cotidiano escolar. Apesar do desânimo que pode surgir ao enfrentar preconceitos e intolerâncias, é importante lembrar que essas atitudes são construções sociais. A educação continua sendo uma das ferramentas mais eficazes para

combater a exclusão e a ignorância, oferecendo a possibilidade de formar novas gerações mais justas, empáticas e plurais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero; Sexualidade; Experiência Curricular.

## REFERÊNCIAS

BARROSO, Ramon Roberto de Jesus; SILVA, Lana Claudia Macedo da. Gênero e sexualidade na educação brasileira em tempos de movimento Escola sem Partido. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 427-451, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/de.v8i1.11160>. Acesso em: 1 jun. 2024.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014–2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <http://www.proec.ufpr.br/download/extensao/2016/creditacao/PNE%202014-2024.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2026.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 120-A, p. 1, 26 jun. 2014. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/06/2014&jornal=1000&pagina=1&totalArquivos=8>. Acesso em: 1 jun. 2024.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. **Caderno de Leituras**, [S. l.], n. 78, p. 1-16, jun. 2018.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Heteronormatividade e vigilância de gênero no cotidiano escolar. In: RODRIGUES, Alexsandro; DALLAPICULA, Catarina; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva (orgs.). **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Vitória, ES: EDUFES, 2015. p. 101-124.

LIMA, Josenilda Rodrigues de; CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. Reforma do Ensino Médio no movimento das políticas públicas educacionais no Brasil: currículo, trabalho e poder. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 22, p. 1-22, 2022.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 59-75, jul./dez. 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/46833/29119>. Acesso em: 30 maio 2024.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 29 maio 2024.

SILVA, Elder Luan dos Santos. Pânico moral e as questões de gênero e sexualidade na BNCC. **História, Histórias**, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 143-169, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rhh.v8i16.31928>. Acesso em: 29 maio 2024.

SILVEIRA, Éder da Silva; RAMOS, Nara Vieira; VIANNA, Rafael de Brito. O “Novo” Ensino Médio: apontamentos sobre a retórica da reforma, juventudes e o reforço da dualidade estrutural. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 20, n. 43, p. 101-118, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3992>. Acesso em: 30 maio 2024.